

3. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE

3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

As principais normas regulamentadoras referentes à implantação e operação do empreendimento, sob o aspecto legal ambiental, serão apresentadas segundo o âmbito federal, estadual e municipal.

Os capítulos da lei maior pertinentes ao meio ambiente que rege cada esfera do poder serão transcritos, entretanto, os demais instrumentos legais como leis, decretos, resoluções e outras normas, tanto referentes ao meio ambiente como em particular as que envolvam direta e indiretamente projetos de diversão, entretenimento e lazer serão citados e discriminados.

3.2. LEGISLAÇÃO FEDERAL

3.2.1. Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 consagrou, em normas expressas, as diretrizes fundamentais de proteção ao meio ambiente. Através do Art. 23, estabelece a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios para: proteção do acervo histórico e cultural, bem como dos monumentos e paisagens naturais e dos sítios arqueológicos; a proteção ao meio ambiente e combate à poluição em quaisquer de suas formas; e, preservação das florestas, da fauna e da flora.





O Art. 24 fixou a competência concorrente da União, dos Estados e dos Municípios para legislar sobre: floresta, pesca, fauna, conservação da natureza, proteção ao patrimônio histórico, artístico, turístico, cultural e paisagístico; e, responsabilidade por danos ao meio ambiente e a bens de valor artístico, estético, histórico e paisagístico.

No Capítulo VI, do Meio Ambiente, o Art. 225 expressa que "todos têm direito ao ambiente

ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", atribuindo ao Poder Público a responsabilidade da aplicação das medidas eficazes no cumprimento do preceito protecionista. A Constituição assegurou-lhes as prerrogativas: criação de espaços territoriais que devem ficar a salvo de qualquer utilização ou supressão, a não ser que a lei expressamente o autorize; exigir, na forma da lei, precedentemente à instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo do impacto ambiental ao qual se dará publicidade; obrigar os que exploram recursos minerais, a recuperar o meio ambiente degradado de acordo com as soluções técnicas exigidas pelo órgão público competente, na forma da lei; e, impor sanções penais e administrativas aos que desenvolvem atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sejam pessoas físicas ou jurídicas, sem prejuízo da obrigação de recuperação dos danos causados.

3.2.2. Relação e Discriminação da Legislação Federal

3.2.2.1. Leis Federais

-  LEI Nº. 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965 – Institui o novo Código Florestal.
-  LEI Nº. 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979 – Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.
-  LEI Nº. 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formação e aplicação e dá outras providências.
-  LEI Nº. 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 – Disciplina a ação civil pública de

responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vedado) e dá outras providências.

- LEI Nº. 9.605, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1998 – Lei de Crimes Ambientais. Estabelece normas e critérios para punir criminalmente às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
- LEI Nº. 9.785, DE 29 DE JANEIRO DE 1999 – Dispõe sobre a desapropriação por utilidade pública, registros públicos e parcelamento do solo urbano.
- LEI Nº. 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 – Regulamenta o art. 225 § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- LEI Nº. 10.165, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2000 – Altera a Lei Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
- LEI Nº. 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 – Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
- LEI Nº. 10.650, DE 16 DE ABRIL DE 2003 – Dispõe sobre o acesso público aos e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA.
- LEI Nº. 11.448, DE 15 DE JANEIRO DE 2007 – Altera o art. 5º da Lei Nº. 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública, legitimando para sua propositura a Defensoria Pública.
- LEI Nº. 11.481, DE 31 DE MAIO DE 2007 – Dá nova redação a dispositivos das leis Nºs. 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973,

e dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências.

3.2.2.2. Decretos Federais

- DECRETO Nº. 23.793, DE 23 DE JANEIRO DE 1934 – Aprova o Código Florestal.
- DECRETO Nº. 28.481, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 – Dispõe sobre a poluição das águas.
- DECRETO Nº. 50.877, DE 29 DE JUNHO DE 1961 – Dispõe sobre o lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos nas águas interiores ou litorâneas do país, e dá outras providências.
- DECRETO Nº. 84.426, DE 24 DE JANEIRO DE 1980 – Dispõe sobre a erosão, uso e ocupação do solo, poluição da água e poluição do solo.
- DECRETO Nº. 88.351, DE 01 DE JUNHO DE 1983 – Regulamenta a Lei Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, e a Lei Nº. 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe respectivamente sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sobre a Criação da Estação Ecológica e áreas de proteção ambiental e dá outras providências.
- DECRETO Nº. 92.302, DE 16 DE JANEIRO DE 1986 – Regulamenta o Fundo para Reconstituição de Bens Lesados de que trata a Lei Nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.
- DECRETO Nº. 99.193, DE 27 DE MARÇO DE 1990 – Dispõe sobre as atividades relacionadas ao zoneamento ecológico - econômico, e dá outros procedimentos.
- DECRETO Nº. 99.274, DE 06 DE JUNHO DE 1990 – Regulamenta a Lei Nº. 6.902, de 27 de abril de 1981 e a Lei Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, e sobre a Política Nacional do

- Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências.
- 📖 DECRETO Nº. 1.832, DE 4 DE MARÇO DE 1996 - Aprova o Regulamento dos Transportes Ferroviários, que disciplina as relações entre a Administração Pública e as Administrações Ferroviárias e a segurança nos serviços ferroviários.
 - 📖 DECRETO Nº. 1.922, DE 05 DE JUNHO DE 1996 - Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Nacional e dá outras providências.
 - 📖 DECRETO DE 30 DE DEZEMBRO DE 1997 - Outorga concessão à Companhia Ferroviária do Nordeste - CFN, para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Nordeste.
 - 📖 DECRETO Nº. 3.179, DE 21 DE SETEMBRO DE 1999 - Regulamenta a Lei Nº. 9.605/98, que dispõe sobre crimes ambientais.
 - 📖 DECRETO Nº. 4.340, DE 22 DE AGOSTO DE 2002 - Regulamenta artigos da Lei Nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõem sobre o sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza, e dá outras providências.
 - 📖 DECRETO Nº. 5.300, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2004 - Regulamenta a Lei Nº. 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências.
 - 📖 DECRETO Nº. 5.975, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2006 - Regulamenta os arts. 12, parte final, 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei Nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965, o art. 4º, inciso III, da Lei Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, o art. 2º da Lei Nº. 10.650, de 16 de abril de 2003, altera e acrescenta dispositivos aos Decretos Nºs 3.179, de 21 de setembro de 1999, e 3.420, de 20 de abril de 2000, e dá outras providências.
 - 📖 DECRETO Nº. 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.
 - 📖 DECRETO Nº. 6.686, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2008 - Altera e acresce dispositivos ao Decreto Nº. 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.
 - 📖 DECRETO Nº. 6.792, DE 10 DE MARÇO DE 2009 - Altera e acresce ao Decreto Nº. 99.274, de 06 de junho de 1990, para dispor sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.
 - 📖 DECRETO Nº. 6.848, DE 14 DE MAIO DE 2009 - Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto Nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.
- ### 3.2.2.3. Resoluções
- 📖 RESOLUÇÃO/CONAMA Nº. 001, DE 23 DE JANEIRO DE 1986 - Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.
 - 📖 RESOLUÇÃO/CONAMA Nº. 006, DE 24 DE JANEIRO DE 1986 - Aprova os modelos de publicações em periódicos de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão e aprova modelos para publicação de licenças.
 - 📖 RESOLUÇÃO/CONAMA Nº. 010, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1988 - Dispõe sobre Áreas de Proteção Ambiental e Zoneamento Ecológico/Econômico.
 - 📖 RESOLUÇÃO/CONAMA Nº. 008, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1990 - Estabelece limites máximos de emissão de poluentes do ar (padrões de emissão).

- 📖 RESOLUÇÃO/CONAMA Nº. 013, DE JUNHO DE 1990 – Estabelece normas de uso dos entorno de Unidades de Conservação.
- 📖 RESOLUÇÃO/CONAMA Nº. 237, DE 18 DE DEZEMBRO de 1997 – Determina a revisão dos procedimentos e critérios utilizados ao licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua, instituído pela Política Nacional do Meio Ambiente.
- 📖 RESOLUÇÃO/CONAMA Nº. 275, DE 25 DE ABRIL DE 2001 – Estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva.
- 📖 RESOLUÇÃO/CONAMA Nº. 281, DE 12 DE JULHO DE 2001 – Dispõe sobre modelos de publicação de pedidos de licenciamento.
- 📖 RESOLUÇÃO/CONAMA Nº. 303, DE 20 DE MARÇO DE 2002 – Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Área de Preservação Permanente, e dá outras providências.
- 📖 RESOLUÇÃO/CONAMA Nº. 307, DE 05 de JUNHO de 2002 – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- 📖 RESOLUÇÃO CONAMA Nº. 382, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2006 – Estabelece os limites máximos de emissões de poluentes atmosféricos para fontes fixas.
- 📖 RESOLUÇÃO CONAMA Nº. 396, DE 03 DE ABRIL DE 2008 – Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.

3.2.2.4. Medidas Provisórias



- 📖 MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 1.710, DE 07 DE AGOSTO DE 1998 – Acrescenta dispositivos da Lei Nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

- 📖 MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2000-166/167, DE 24 DE AGOSTO DE 2001 – Dispõe sobre as áreas de interesse social.




3.2.2.5. Portarias Federais

- 📖 PORTARIA MINTER Nº. 231, DE 27 DE ABRIL DE 1976 – Trata dos padrões de qualidade do ar.
- 📖 PORTARIA MINTER Nº. 053, DE 01 DE MARÇO DE 1979 – Dispõe sobre a disposição de lixo e resíduos sólidos.
- 📖 PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº. 917, DE 06 DE JUNHO DE 1982 – Dispõe sobre mobilização de terra, poluição da água, do ar e do solo.
- 📖 PORTARIA Nº. 1.141/GM5, DE 8 DE DEZEMBRO DE 1987 - Dispõe sobre Zonas de Proteção e Aprova o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromos, o Plano Básico de Zoneamento de Ruído, o Plano Básico de Zona de Proteção de Helipontos e o Plano de Zona de Proteção de Auxílios à Navegação Aérea e dá outras providências.
- 📖 PORTARIA MMA Nº. 326, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1994 – Institui o Regimento interno do CONAMA.
- 📖 PORTARIA IBAMA Nº. 96, DE 31 DE MARÇO DE 1996 – Estabelece critérios para o funcionamento do Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais.
- 📖 PORTARIA Nº. 2/STT/MT, DE 12 DE MARÇO DE 1999 - Estabelece critérios para avaliação do nível de Satisfação do Usuário - SU, quando prestação, por concessionárias do serviço público de transportes ferroviários. Publicada no DOU de 18/3/99.
- 📖 PORTARIA Nº. 8/MT, DE 11 DE JANEIRO DE 2000 - Aprova a Norma Complementar Nº. 5, de 11/1/00, que institui o SIADE - Sistema de Acompanhamento do Desempenho das Concessionárias de Serviços Públicos de Transporte Ferroviário. Publicada no DOU de 12/1/00.
- 📖 PORTARIA DGCE Nº. 104, DE 14 DE SETEMBRO DE 2006 – Aprova o Plano

Específico da Zona de Proteção do Aeródromo de Fortaleza/Pinto Martins e dá outras providências.

-  PORTARIA GMS N°. 1141 DE 08 DE DEZEMBRO DE 1987 - Dispõe sobre zonas de proteção e aprova o plano básico de zona de proteção de aeródromos, o plano básico de zoneamento de ruído e proteção de helipontos.
-  PORTARIA DAC N°. 1053 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1997 - Aprova e efetiva o Plano Específico de Zoneamento de Ruído do Aeroporto Pinto Martins – Fortaleza – CE.

3.2.2.6. Instruções Normativas

-  INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA N°. 03, DE 26 DE MAIO DE 2003 – Apresenta a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção.
-  INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA N°. 06, DE 23 DE SETEMBRO DE 2008 – Apresenta a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção.
-  INSTRUÇÃO NORMATIVA ICMBIO N°. 5, DE 2 DE SETEMBRO DE 2009 – Estabelece procedimentos para a análise dos pedidos e concessão da autorização para o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos que afetem as unidades de conservação federais, suas zonas de amortecimento ou áreas circundantes.

3.3. LEGISLAÇÃO ESTADUAL

3.3.1. Constituição do Estado do Ceará de 1989

A Constituição do Estado do Ceará foi atualizada, até a Emenda Constitucional nº 56, de 07 de janeiro de 2004, tem nos capítulos II (art. 24) e VIII (art.s 259 a 271) diretrizes para proteger o meio ambiente.







No art. 260, a Constituição Estadual estabelece que os processos de planejamento para o meio ambiente deverão ocorrer de forma articulada entre Estado, Municípios e entidades afins, em nível federal e regional.

O art. 263 determina que o Estado e os Municípios deverão promover educação ambiental em todos os níveis de ensino, com vistas à conscientização pública da preservação do meio ambiente.



O art. 264 determina que para licitação, aprovação ou execução de qualquer obra de atividade pública ou privada potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, e/ou que comporte risco para a vida e qualidade de vida, é obrigatória, nos termos da lei estadual, a realização de estudo prévio de impacto ambiental, com a publicação do respectivo relatório conclusivo do estudo no Diário Oficial do Estado.

3.3.2. Relação e Discriminação da Legislação Estadual







3.3.2.1. Leis Estaduais


-  LEI N°. 10.147, DE 01 DE DEZEMBRO DE 1977 – Dispõe sobre o disciplinamento do uso do solo para proteção dos recursos hídricos da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF e dá outras providências.
-  LEI N°. 10.148, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1977 – Dispõe sobre a preservação e controle dos recursos hídricos existentes no Estado, e dá outras providências.
-  LEI N°. 12.227, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1993 – Determina a publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará à relação mensal das concessões de licença ambiental, e dá outras providências.
-  LEI N°. 12.274, DE 05 DE ABRIL DE 1994 – Altera a Lei N°. 11.411, dando poderes sobre licenciamento e respectiva ação fiscalizadora.
-  LEI N°. 12.521, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1995 – Define as áreas de interesse especial do Estado do Ceará para efeito do exame e anuência prévia de projetos de parcelamento do solo para fins urbanos na forma do art. 13, inciso I da Lei Federal N°. 6.766 de 19 de dezembro de 1979, e dá outras providências.
-  LEI N°. 12.717, DE 05 DE SETEMBRO DE 1997 – Cria o Parque Estadual Marinho da

Pedra da Risca do Meio e dá outras providências.








-  LEI Nº. 13.103, DE 24 DE JANEIRO DE 2001. – Dispõe sobre a política estadual de resíduos sólidos e dá providências correlatas.
-  LEI Nº. 13.892, DE 31 DE MAIO DE 2007 – Dispõe sobre a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, e o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.

3.3.2.2. Decretos Estaduais

-  DECRETO Nº. 15.274, DE 25 DE MAIO DE 1982 - Dispõe sobre as faixas de 1ª e 2ª Categorias de que trata os arts. 3º e 4º da Lei Nº. 10.147, de 1º de dezembro de 1977, estabelecidas, especificamente, nas áreas de proteções dos recursos hídricos do Município de Fortaleza.
-  DECRETO Nº. 20.253, DE 05 DE SETEMBRO DE 1989 – Dispõe sobre a criação do Parque Ecológico do rio Cocó, localizado no Município de Fortaleza, e adota outras providências.
-  DECRETO Nº. 20.764, DE 08 DE JUNHO DE 1990 – Dispõe sobre os padrões de qualidade do ar no território cearense, para fins de prevenção e controle da poluição atmosférica de veículos automotores do ciclo diesel.
-  DECRETO Nº. 24.220, DE 12 DE SETEMBRO DE 1996 – Cria a Reserva Ecológica Particular da Sapiranga, em Fortaleza.
-  DECRETO Nº. 24.221, DE 12 DE SETEMBRO DE 1996 – Regulamenta a Lei Nº. 12.488, de 13 de Setembro de 1995, que dispõe sobre a Política Florestal do Estado do Ceará.
-  DECRETO Nº. 25.413, DE 29 DE MARÇO DE 1999 – Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental – APA do rio Ceará, localizada no limite dos municípios de Fortaleza e Caucaia, e adota outras providências.

-  DECRETO Nº. 25.778, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2000 (DOE – 15.02.00) - Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental - APA do rio Pacoti, localizada nos municípios de Fortaleza, Eusébio e Aquiraz, e adota outras providências.

3.3.2.3. Outras Normas

-  PORTARIA/SEMACE Nº. 14, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1989 – Estabelece normas técnicas e administrativas do sistema de licenciamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais no Estado do Ceará.
-  PORTARIA/SEMACE Nº. 026/97, DE 29 DE JANEIRO DE 1997 – Estabelece as normas administrativas necessárias à instituição e reconhecimento da Reserva Ecológica Particular, como Unidade de Conservação, localizada em propriedade privada.
-  PORTARIA/SEMACE Nº. 031/97 – Cria a Reserva Particular da Sapiranga.
-  INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 01/99, DE 04 DE OUTUBRO DE 1999 – Normatiza os procedimentos administrativos para exploração florestal, o uso alternativo do solo e para a queimada controlada das florestas e demais formas de vegetação em todo o estado do Ceará e dá outras providências.
-  PORTARIA/SEMACE Nº. 154, DE 22 DE JULHO DE 2002 – Dispõe sobre padrões e condições para lançamento de efluentes líquidos gerados por fontes poluidoras.
-  RESOLUÇÃO COEMA, DE Nº. 09 DE 29 DE MAIO DE 2003 - Institui o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental, e estabelece normas e critérios relativos à fixação do seu valor, modo, lugar e tempo do pagamento, bem como a quem deve ser pago e a aplicação desses recursos à gestão, fiscalização, monitoramento, controle e proteção do meio ambiente no Estado do Ceará.
-  RESOLUÇÃO COEMA Nº. 01, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2005 – Estabelece definições de unidades geoambientais e acidentes geográficos constantes no litoral cearense,

nos termos da legislação federal aplicável, mais especificamente do Decreto Federal Nº. 5.300, de 07 de dezembro de 2005, considerando os dados e análises apresentadas pelo Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE no litoral Estado do Ceará.

3.4. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

3.4.1. Lei Orgânica do Município de Fortaleza

Promulgada em 15 de dezembro de 2006, a lei Orgânica do Município de Fortaleza trata do Meio Ambiente em seu Capítulo II, dos artigos 194 a 211.



O art. 194 declara que todos têm direito ao meio ambiente equilibrado, sendo dever de todos preservar e restaurar os processos ecológicos, a biodiversidade, garantir a educação ambiental em todos os níveis, proteger a fauna e a flora.










Estabelece ainda o referido artigo que para a instalação de obras ou atividades potencialmente causadora de degradação ambiental, dever-se-á ser realizado e apresentado estudo prévio de impacto ambiental e o respectivo relatório de impacto ambiental, devendo-se assegurar a participação popular através das audiências públicas.

O art. 200 estabelece que as lagoas, as dunas, as praias, os mangues e as paisagens naturais notáveis são considerados de relevante valor ambiental, paisagístico e turístico, devendo sua delimitação, uso e ocupação serem definidas em lei.




3.4.2. Relação e Discriminação da Legislação



3.4.2.1. Lei Municipal

-  LEI Nº. 5.530, DE 17 DE DEZEMBRO 1981 - Dispõe sobre o código de obras e posturas do município de Fortaleza e da outras providências.
-  LEI Nº. 5.754, DE 8 DE NOVEMBRO DE 1983 - Cria o Parque Adahil Barreto, localizado no Parque do Cocó.


-  LEI Nº. 7.004, DE 04 DE NOVEMBRO DE 1991 - Cria o Parque Ecológico do Lago Jacarey, situado no bairro Cidade dos Funcionários.
-  LEI Nº. 7.061, DE 16 DE JANEIRO DE 1992 - Institui o Plano Diretor de Diretrizes Urbanas - PDDU de Fortaleza.
-  LEI Nº. 7.549, DE 21 DE JUNHO DE 1994 - Cria o Parque Ecológico do Riacho Maceió, situado no bairro do Mucuripe.
-  LEI Nº. 7.728, DE 22 DE JUNHO DE 1995 - Cria o Parque Ecológico da Lagoa de Porangabussu, no bairro homônimo.
-  LEI Nº. 7.842, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1995 - Cria o Parque Ecológico da Lagoa da Parangaba, no bairro homônimo.
-  LEI Nº. 7.987, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1996 - Institui a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Fortaleza.
-  LEI Nº. 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 - Institui o Estatuto da Cidade de Fortaleza.
-  LEI Nº. 9.333, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007 - Estabelece diretrizes para realização da operação urbana consorciada Jôquei Clube.
-  LEI COMPLEMENTAR Nº. 062, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2009 - Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras providências.

3.4.2.2. Decretos Municipais

-  DECRETO Nº. 21.349/91, DE 03 DE MAIO DE 1991 - Cria o Parque Ecológico da Lagoa da Maraponga e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 10.096, DE 28 DE MAIO DE 1997 - Dispõe sobre o procedimento administrativo para atendimento às solicitações de informações sobre legislação urbana, aprovação de parcelamento do solo, análise de projetos e licenciamento de construções, na forma que indica e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 10.310, DE 01 DE JUNHO DE 1998 - Altera o Decreto Nº. 10.096, de 28 de maio de 1997 que dispõe sobre o procedimento administrativo de solicitações sobre legislação urbana.

-  DECRETO N°. 11.986, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2006 – Cria o Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba, Município de Fortaleza, Estado do Ceará e dá outras providências.
-  DECRETO N°. 11.987, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2006 – Cria a Área de Proteção Ambiental APA de Sabiaguaba, localizado no

bairro Sabiaguaba, município de Fortaleza, Estado do Ceará e dá outras providências.

-  DECRETO N°. 12.450, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2008 - Define os perímetros das áreas de preservação constantes da Planta 1 a que se refere o § 1º do art. 10 da Lei N°. 7.987, de 23 de dezembro de 1996.